

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA- CETER  
SECRETARIA EXECUTIVA**



**ATA DA 002ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA FECHADA**

**DATA E HORÁRIO: 26/08/2021**

**LOCAL: Reunião online, não presencial. Pelo app Zoom.**

**HORÁRIO: às 10 horas.**

**CONSELHEIROS PRESENTES:** Patricia Ellen da Silva (Secret. De Desenvolvimento Econômico), Jorge Tatino (Secret. de desenvolvimento Econômico), Atílio Machado (Superintendência do Trabalho de São Paulo), Celso Toshito Matsuda (Secret. de Agricultura e Abastecimento), Danilo Pereira da Silva (Força Sindical), Amauri Sérgio Mortágua (UGT), Fatima Cortella (Secret. de Desenvolvimento Social), Gener Silva (Fecomércio), Luís Fernando Binda (FAESP), Marília de Castro (FACESP), Ana Saeko Suto (Secretaria de Fazenda e Planejamento), Paulo de Oliveira (CSB), Nicolino Eugênio da Silva (Febraban), Wagner Menezes (CUT), Rene Vicente dos Santos (CTB), Narciso Figueirôa (Fetcesp), Armando Gordinho dos Santos (Secret. De Desenvolvimento Econômico), Marcelo Luis de Souza (Secretaria da Fazenda e Planejamento).

**CONSELHEIROS JUSTIFICADOS: -**

**SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Juliana Junqueira

**DIRETORES REGIONAIS PRESENTES: -**

**CONVIDADOS:) Marcos Wolff ( Coordenador da CPER/ SDE).**

**PARTICIPANTES: 20**

**MUNICÍPIOS PRESENTES: 3**

**(A gravação integral encontra-se arquivada na Secretaria Executiva do CETER/SP).**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2021, às 10 horas, de forma on-line, via aplicativo Zoom, foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária fechada do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado de São Paulo – CETER/SP.

**Patricia Ellen:** Dá início à reunião. Primeiramente, todos receberam a pauta? O Plano de Ações e a Planilha de Despesas? Na pauta tem uma breve explanação minha para dizer como avançamos, da última reunião quais os pontos para decisão agora. Na sequência, também uma breve fala da vice-presidente e depois o coordenador Jorge Tatino que vai passar um pouco sobre o Plano de Ação, para que possamos depois enviar para aprovação. Quero dar boas vindas à todos e utilizar este início para fazer uma atualização geral do processo, de onde estamos, para que todos estejam cientes. Juliana vamos confirmar as presenças. **Juliana Junqueira:** Já temos quórum para começar a reunião. Estão resentes: Marília de Castro, Fátima Cortella, Gener Silva, Luis Fernando Binda, Danilo Pereira, Narciso Figueirôa, Wagner Menezes, René Vicente, Paulo Oliveira, Atílio Peppe, Celso Matsuda, Ana Saeko Suto, Nicolino Eugênio da Silva, Amauri Mortágua, Jorge Tatino e Patricia Ellen. **Patricia Ellen:** Excelente! Então vamos iniciar a reunião. Quero agradecer a dedicação de todos vocês, de sempre, mas em especial destas duas últimas semanas. Nosso trabalho em equipe aqui rendeu frutos bastante importantes na mobilização que fizemos para finalizar a aprovação tanto do Fundo quanto do Conselho. Queria atualizar vocês sobre isso, primeiramente sobre o CNPJ do Fundo, nós já havíamos feito algumas tentativas na Receita Federal, e na semana passada conseguimos finalmente ter o CNPJ aprovado. Este foi um passo bastante importante. Outro passo importante que nós tínhamos interno era a aprovação do Regimento Interno, que conseguimos a aprovação com os Conselheiros. E enviamos este pacote para a aprovação e certificação do Conselho, para que possamos receber os recursos no Fundo, precisamos ter o Conselho devidamente constituído. Nesta constituição do Conselho, quais são os pontos importantes? Primeiro, que tenhamos todos os atos normativos devidamente registrados. Tivemos o registro da lei aprovada na assembleia legislativa, tivemos o decreto de constituição do Fundo e o trabalho de elaboração do Regimento Interno. Tudo foi enviado para validação pelo Ministério do Trabalho. Tivemos vários contatos com o Ministério do Trabalho. Ontem tivemos reunião on line, para entender a possibilidade de aprovação do Conselho. Eles nos responderam que até amanhã eles vão nos dar o status sobre a possibilidade de aprovação do Conselho. É



importante dizer aqui com total transparência, que recebemos um alerta que tipicamente estas aprovações são demoradas e que é muito raro que a aprovação do Conselho se dê no primeiro envio. Sempre existem inconsistências entre o Regimento interno e a resolução que rege a matéria. Nós tivemos o cuidado de ter este alinhamento para que pudéssemos ter a devida aprovação. Por que esta informação é importante? Sem a aprovação oficial do Conselho, eles não podem aceitar a submissão do Plano de Ação e Serviços. E este PAS tem que ser entregue até dia 31 de agosto. Então esta reunião de hoje é muito importante para o PAS, mas preciso deixar claro aqui em ata, que mesmo com a aprovação do PAS, o aceite deste Plano ainda depende de aprovação de todo o processo enviado para eles. A probabilidade de aprovação deste Plano de Ações é muito pequena, foi desta forma que nos foi passado, e dizer que estava tudo muito alinhado entre o nosso regimento e a resolução. Mas, amanhã devemos ter uma resposta, e eu informo a vocês assim que tivermos este retorno. Independente disso, a nossa reunião segue válida. É muito urgente que nós tenhamos a aprovação do Plano de Ações e uma vez que eles oficializem a certificação do Conselho, nós submetemos imediatamente o Plano de Ações. Então este é o nosso contexto atual sobre este tema. Independente disso, nós estamos trabalhando aqui, pelo Estado de São Paulo na organização de um programa de modernização dos PATS, melhorando o atendimento. Posso compartilhar com o Conselho em nossa próxima reunião. Gostaríamos muito de contar com este recurso, mas estamos trabalhando também com a possibilidade de não depender dele para acelerar nossa política de trabalho. Em nossa próxima reunião, passando estas urgências procedimentais, eu gostaria de ter a oportunidade de falar sobre as políticas públicas de trabalho e empregabilidade. Estamos avançando bastante nisso e se de um lado temos algumas incertezas com relação à aprovação do Fundo e do Conselho, por outro nós tivemos muito boas notícias aqui no Governo do estado, porque tivemos a aprovação de adicional de recursos agora no final do ano para estas políticas e um dos maiores programas foi o que lançamos na semana passada, cujas inscrições se iniciaram nesta terça-feira que foi o “Bolsa Trabalho”. Que foi um pedido deste grupo inclusive, que fizéssemos este maior lançamento de Frente de Trabalho da história do estado. Tivemos Record de adesões, foram 643 municípios que aderiram à este programa, e ele acontecerá com ou sem os recursos do governo federal. Vocês podem ver que, somente nesta etapa do “Bolsa Trabalho”, nós tivemos autorização de aporte de \$80.000.000,00 somente para este programa. Vejam que o que vamos receber do governo federal é muito pequeno com relação somente a este aporte, e estamos agora trabalhando em outros aportes. O recurso já está na pasta e o programa já está rodando. Corremos bastante aqui para garantir que as políticas de trabalho fossem devidamente atendidas. Só para termos um paralelo, o Jorge pode responder qual o valor do aporte do governo federal agora. **Jorge Tatino:** O aporte é da ordem de \$3.192.715,64. **Patricia Ellen:** Ou seja, o aporte é de cerca de três milhões de reais. Que pode nos ajudar muito, principalmente na modernização dos Pats, temos pleitos de prefeitos, dos diretores regionais. É um recurso que teve uma dificuldade de alocação pelo formato aqui que envolve modernização dos sistemas. Seria um recurso muito bem vindo mas proporcionalmente falando, digo que conseguimos um compromisso do governador de um aporte adicional, necessário neste momento. Vocês devem lembrar, havia aqui uma demanda pelas Frentes de Trabalho e outro pelo Empreendedorismo. Que nós chamamos de uma precarização do trabalho e como é que nós apoiamos este trabalhador que virou empreendedor e que está precisando se fortalecer. Nós fizemos um pedido do “Bolsa Trabalho” e do “Bolsa Empreendedor”, além disso um pedido de complementação do microcrédito. Isto poderá somar até trezentos milhões de reais. Já recebemos os primeiros oitenta milhões e até o final da semana que vem, nós vamos ter o resultado dos outros pedidos. Então todas as demandas que recebemos de vocês nós traduzimos em políticas públicas e estamos aguardando o retorno final da secretaria de orçamento, e acho que seria prudente da minha parte passar esta informação para vocês e já sugerir que em nossa próxima reunião, nós possamos concentrar o esforço deste conselho nestas políticas, nos serviços, e no papel deste conselho em garantir que



estas políticas sejam efetivas e que todas as necessidades de políticas de empregabilidade sejam endereçadas neste momento de retomada que nossos trabalhadores precisam tanto. Ficou alguma dúvida sobre o que eu compartilhei agora? Alguma outra questão que algum conselheiro gostaria de colocar? Já vamos passar no nosso grupo a apresentação do “Bolsa Trabalho”. **Fatima Cortella:** Bom dia a todos. Obrigada pela presença. Destaco a importância da primeira reunião do Conselho para aprovação do Plano de Ações e Serviços do SINE/21, para darmos continuidade no trâmite do processo junto ao governo federal. E reforçar que ao longo da gestão, nós teremos a oportunidade de adequar as ações de retomada sócio-econômicas no estado. Sempre trabalhando para integrar. Obrigada. **Patricia Ellen:** Passo a palavra ao coordenador Jorge para falar sobre o Plano de Ações que é a pauta principal da reunião, cujo material foi enviado a todos vocês. **Jorge Tatino:** Sobre a questão do Plano de Ações, como a presidente mencionou, nós temos este prazo muito curto para encaminhar. Então enviamos o material à vocês para análise com antecedência e alguns apontamentos foram passados. Dois conselheiros mandaram para a gente alguns pontos, a Juliana fez os ajustes junto com nossa equipe dos pontos para fazer algumas alterações. Ontem à noite foi enviado aos conselheiros a nova versão. Não mudou o conteúdo mas fizemos pequenos ajustes que nesta nova versão estão em vermelho para melhor visualização. Esta PAS está voltado para a questão de serviços de informática, porque que hoje toda a parte do SINE passa a ser virtual. Emissão de carteira de trabalho, solicitação de seguro desemprego, nas duas últimas semanas a questão da intermediação de mão de obra, onde o empregador consegue incluir a sua demanda no sistema e o empregado consegue colocar o currículo também. Então existe este movimento de informatizar estas políticas de trabalho do governo federal. Nós temos nos Pats uma forma muito presencial no atendimento dos 234 postos de atendimento. Com esta proposta de modernização, a idéia é que os resultados desta intermediação fique de uma forma melhor. Os recursos que vão ser disponibilizados pelo ministério serão feitos através dos indicadores de desempenho dos postos. Então São Paulo tem um recurso que é maior que de outros estados pelo tamanho da rede e pelo nosso desempenho. O estado do Paraná tem 184 postos e nós temos 234. Os valores proporcionais nossos são significativamente maiores por causa também do desempenho de nossa rede e pelo apoio que os municípios nos dão. Dentro deste contexto, a proposta de modernização dos serviços de informática é para buscar uma melhoria no atendimento. Foi o que encaminhamos para vocês como proposta do PAS/21 baseado nestes pontos. Do cenário de diagnósticos do Brasil, todos já temos claro, se fizemos este PAS por uma questão obrigatória, mas é uma questão estratégica para a melhoria do atendimento à população. Mandando a documentação agora, que precisamos fazer este encaminhamento, a idéia é que nas próximas reuniões a gente apresente para vocês toda a rede de atendimento do estado e nossos programas, para que possamos alocar estes recursos de forma mais clara e transparente para vocês. No momento da alocação do recurso, com o governo federal liberando estes recursos para nós; fazendo um parêntesis aqui, o ultimo recurso que o governo federal nos passou foi em 2018, ainda no modelo de convênio, daí para cá, todo o custeio dos Pats ficou com o governo do estado e as prefeituras. Este ano o recurso do PAS é só para custeio, então ele vai passar para esta parte de serviços. Em outros estados este recurso vai para o custeio do dia a dia dos postos como, água, luz, aluguel. São para custeio de fato. Para nós este recurso não é suficiente para cobrir estes gastos, por isso estamos colocando como modernização. Podemos conseguir reduzir os custos colocando estas plataformas de forma mais virtuais, mais adequadas à realidade hoje no Brasil. Nos apontamentos colocados pelos conselheiros, o conselheiro Reynaldo colocou sobre a planilha de custos, onde ia ser gasto. Esta tabela de gastos, só para deixar claro, não é obrigatória para o ministério. Nós fizemos para vocês conselheiros, para deixar transparente onde será gasto. A nossa rede precisa destes investimentos. Fizemos uma correção nos valores, seguimos uma orientação da secretaria para buscarmos um modelo de auto-atendimento também. É um projeto piloto para que a gente depois consiga colocar isso nos postos de atendimento. Como é de conhecimento de todos, o



estado e as prefeituras na questão dos servidores, a lei n. 173 limita a contratação de servidores, este gasto com pessoal. Então este atendimento na ponta, que precisa do servidor público, está cada vez mais difícil. Então não existe previsão de concurso público neste momento. Então a proposta de auto-atendimento consegue ajustar com menos servidores e conseguimos dar um atendimento de forma mais ampla, no modelo baseado no poupa-tempo, mais próximo da realidade. Para isto, o PAS/21 está baseado neste sentido. Na proposta também da conselheira Ana, inserimos algumas informações no texto. Sendo mais prático, são estas as informações que tínhamos para passar. Os dados, as informações, como também o diagnóstico, como mencionei, é uma parte que é necessária e pudemos discutir e ajustar. Então passo a palavra para a presidente para fecharmos esta questão e passarmos à pauta de votação e análise. **Patricia Ellen:** Antes de passarmos para a votação, eu sugiro abrir a palavra para os conselheiros. Como o Jorge comentou, o documento que está aqui já está atualizado com os comentários dos conselheiros. Este documento foi enviado para todos. Nós enviamos com a antecedência combinada, recebemos os comentários e o documento enviado ontem já contém as modificações dos conselheiros. **Atilio Peppe:** Bom dia. Apenas uma pergunta a respeito do plano. Gostaria de saber se tem algum tópico relacionado com a capacitação dos funcionários dos Pats, para que eles possam se adequar a estas novas sistemáticas de trabalho, mais baseadas na informatização, na tecnologia. Tem alguma coisa neste sentido? **Patricia Ellen:** Sim, nós temos previsto, mas não neste plano. Porque este Plano inclui somente o que teria repasse alocado. É um plano extremamente procedimental. Numa próxima reunião mais ampla e estratégica. Porque não incluímos aqui, as outras ações que serão realizadas, e dizer que vamos utilizar outras fontes de recursos do próprio governo do estado. Neste momento, nós estamos desenhando com uma nova equipe de trabalho que será anunciado para vocês em breve, e todo um trabalho de reformulação e modernização dos Pats. Que envolve capacitação, olhar também trabalho e empreendedorismo. Que fizesse um trabalho mais direto de acompanhamento das pessoas que freqüentam os Pats, que os diretores regionais também apoiassem na retomada econômica. Estamos com este Plano bastante avançado neste sentido, mas isto não está sendo contemplado aqui, por que não estamos incluindo este gasto associado aos recursos que vem do governo federal, mas esta ação, sim está sendo contemplada como uma das ações da pasta e posso trazer, se for do interesse dos demais conselheiros, como eu sugeri na primeira parte da reunião, uma atualização das políticas de empregabilidade que estamos trabalhando com o seu respectivo orçamento, para que tenhamos uma discussão mais estratégica com os conselheiros também sobre isso. Acho muito importante também, contar com o apoio de vocês também, porque são muitas políticas que estão sendo lançadas simultaneamente para dar vazão à demanda da população e será a maior cobertura que faremos na história do estado. Muito importante que isto seja feito com total integração com os membros deste conselho. **Danilo Pereira:** Bom dia. Tenho uma pergunta que talvez não esteja focada no Plano exatamente. Acho importante para que a gente faça uma análise com relação a estes procedimentos que a gente vai tomar e está tomando, com relação a este Plano que a gente vai submeter à aprovação do Ministério do Trabalho. Gostaria de saber, nos anos anteriores deste governo houve este credenciamento por parte da Secretaria de Desenvolvimento junto ao Ministério do Trabalho? **Patricia Ellen:** Não era neste formato conselheiro Danilo. Eram convênios. Eram em um formato diferente. Isto foi feito agora, nesta gestão. Eles mudaram completamente esta forma de repasse de recursos. Inclusive prevendo modelo de repasse direto aos municípios. E se me permite aqui manifestar a minha opinião, eu acho completamente absurdo. Porque ele quebra todo o modelo do pacto federativo. Mas me parece que é um modelo que, no fim do dia, vai ter acesso à política na ponta. Não existia, porque não era assim que funcionava e os estados tinham um papel muito mais estratégico nas políticas, respeitando a hierarquia do pacto federativo. Neste novo modelo, não sei se ficou claro para vocês, a gente criou este conselho e há um repasse direto para o estado, mas vários municípios também têm esta mesma estrutura e o repasse do governo federal para os municípios também é



direto. Nesta nova estrutura de política. É um modelo bastante diferente do que o anterior. O Jorge estava me lembrando aqui que nenhum município recebeu o recurso ainda neste novo modelo também. **Nicolino Eugênio da Silva:** Tenho uma dúvida, a Sra falou sobre o valor deste repasse que representa o que vem do Ministério do Trabalho para a Secretaria de Desenvolvimento nesta nova conta e que se abre para este fundo da ordem de três milhões cento e pouco. Para efeito comparativo, no modelo anterior, qual era a ordem de grandeza deste valor de repasse? Só para termos uma idéia comparativa. Se for possível, porque a Sra falou sobre uma mudança de modelo. E falou também, sobre o repasse que é feito diretamente do Ministério do Trabalho a Municípios. Não passando então por este fundo estadual. Neste caso, somando os repasses que são feitos aos municípios diretamente e este que será feito ao estado, qual seria este montante? **Patricia Ellen:** O repasse anterior, para ter uma idéia era entre quarenta e cinco e cinquenta milhões de reais. Para todo o estado e para um prazo de mais ou menos cinco anos. **Nicolino Eugênio da Silva:** Perfeito. E no modelo atual, três milhões para o estado e se somarmos com os valores a serem recebidos pelos municípios, nós teríamos para o estado no modelo atual, que valor para comparar com estes quarenta e cinco milhões do modelo anterior? **Patricia Ellen:** Aqui Dr. Nicolino, só para esclarecer, eles também tiveram uma redução significativa de orçamento para as políticas do trabalho. Teve dois efeitos aqui. Este valor de três milhões, alguns municípios como São Paulo, ainda não instituíram o conselho. Eles não têm como receber recursos diretamente hoje. A única forma de São Paulo e a maior parte dos municípios do estado receberem recursos hoje ainda é através do estado, pois eles não constituíram seus próprios conselhos do trabalho. Somente sete municípios, se não me engano, teriam a estrutura desde 2018 para receber os repasses diretamente. Então temos dois efeitos aqui, sim tem este direcionamento de recursos diretamente para os municípios, mas dado o estágio de maturidade que a maioria não está recebendo, isto foi simplesmente uma redução de aporte para as políticas. O Jorge está pegando o valor aqui, tem uma portaria que foi publicada este ano, onde o Ministério passa a previsão da alocação de recursos para os municípios. Para vocês terem uma idéia, a alocação total para o Brasil é de \$16.623.000,00. Para todo o Brasil. **Paulo Oliveira:** Secretária, só uma colocação à respeito deste tema. Nós recebemos um relatório que detalha os valores por estado e municípios. Inclusive o último relatório que recebemos fala de \$17.723.832,00. Para exemplificar, o Sine Municipal de São Paulo receberia \$813.000,00. **Patricia Ellen:** Exatamente é que este da portaria está dezesseis milhões. Recebemos este de dezessete, mas compartilhamos todas estas informações com vocês. Este é um ponto que a gente trouxe para vocês desde o início da constituição deste conselho e do fundo. O valor proporcional é muito baixo para o desafio que a gente tem pela frente para as políticas de trabalho. E eu coloquei muito mais esforços em conseguir aumentar os nossos repasses do estado do que nesta briga aqui da alocação do recurso federal. Eu passei isto para vocês desde a antiga comissão do trabalho, e na última reunião eu tentei não forçar este ponto, não sei se ficou claro. Mas eu tinha uma preocupação, se tudo der certo, estes recursos não vão resolver o desafio que temos pela frente. Eu fui bem transparente com vocês, falei das minhas preocupações sobre o tema. Sugerir que vocês agendassem reuniões com o Ministério. Ainda era o Ministério da Economia. Falei da gravidade da situação e peço desculpas não ter sido clara aqui neste momento. E a gente mandou o material exatamente por isso. O problema maior é que o recurso é muito pequeno face ao desafio que estamos enfrentando. Por isso criamos uma força tarefa aqui que nos últimos três meses, criamos políticas de uma forma independente. E conseguimos esta alocação de recursos adicional do estado. E eu mencionei no início que nós fizemos um pedido total aqui no estado, entendendo a gravidade, de trezentos milhões adicionais aqui para a pasta. Oitenta milhões já estão conosco, que foi o que nós divulgamos na semana passada do “Bolsa Trabalho”. Nós estamos avançando em outros pedidos. Inclusive, sugiro uma vez resolvida esta parte burocrática, que a gente use o tempo deste conselho, porque é muito importante contar com a visão de vocês, para discutir estas políticas. Elas de fato é que vão chegar e ajudar as pessoas na ponta. Este



recurso aqui, tudo dando certo, é importante sim, nós precisamos dar melhores condições de trabalho, nos postos de atendimento, na integração com o Sine. O sistema está muito ruim. Então utilizar este recurso do próprio governo para melhorar a integração com o governo federal, nós percebemos que seria muito importante. E não é só o recurso, é esta possibilidade de alinhamento e coordenação direta. É um passo muito importante de melhoria, mas é um passo adjacente a toda a política de trabalho que está sendo implementada. **Paulo Oliveira:** Presidente, só para fazer uma comparação, fazer um paralelo entre a realidade anterior e a atual, a Sra falou que tínhamos um aporte de \$45.000.000,00 para o estado de São Paulo e hoje temos um aporte de \$17.000.000,00 para todo o estado. É esta a realidade do disparate? **Patricia Ellen:** Perfeitamente. E outro ponto, é toda a burocracia para ter acesso a este recurso. Porque tivemos que colocar uma equipe inteira alocada por meses, para aprovar Lei, decreto, Regimento. Além deste recurso ser muito menor num momento de tanta gravidade, o processo está extremamente burocrático. Vamos seguir todos os trâmites, mas reforço que é uma situação muito grave. Cada hora que a gente aloca isto, versos acelerar as políticas de trabalho que de fato impactam a vida das pessoas, é só uma escolha que estamos fazendo. Por isto que agradeço o tempo de todos, mas sugiro que na nossa próxima reunião sabendo se a gente teve a aprovação do recurso, que agente use também o papel estratégico deste conselho, para trabalhar junto nestas políticas públicas de alto impacto. Podemos então iniciar o processo de aprovação do Plano de Ações? Isto precisa constar formalmente para que possamos enviar o PAS/21. Então os que não estiverem de acordo e ainda tiverem algum comentário adicional por favor, se manifeste. **Fatima Cortella:** Eu queria sugerir Secretária, para que todos tenham total entendimento das políticas que estão sendo aplicadas, que as parcerias que estão sendo feitas, para que a gente possa atender lá na ponta os municípios e levar a solução para a população, que seria importante a gente marcar algumas reuniões para apresentar os programas do estado, da secretaria e principalmente as parcerias que estamos fazendo. O que estamos levando e buscando recursos para isso e parcerias para que os próprios municípios possam desenvolver os seus Planos Municipais e inclusão sócio produtivas. É super importante a gente trazer esta informação para os conselheiros. O que a Sra acha? **Patricia Ellen:** Sensacional Dra Fátima. Eu queria até voltar a este assunto no final da reunião e propor alguns encaminhamentos. Só queria fechar formalmente esta etapa da votação do Plano. Preciso que isto conste em ata para anexar à documentação exigida pelo Ministério do Trabalho. Preciso que conste que o PAS/21 foi votado e aprovado pelos conselheiros. Ninguém mais se manifestou então considero que foi aprovado o PAS/21 por todos. Então temos a aprovação oficial do nosso conselho. Lembrando do que eu disse no início da reunião. Neste momento, o que temos aprovado é o CNPJ do Fundo. O Conselho ainda não está oficialmente certificado pelo Ministério do Trabalho. Eles estão fazendo a avaliação neste momento, e já anteciparam que devem enviar algum tipo de ajuste entre o nosso regimento interno e a resolução. Eu insisti que nós fizemos bastante alinhado para que isto não ocorresse. Mas ainda assim aguardamos o retorno até amanhã. Assim que tivermos um retorno, todos vocês serão oficialmente informados por e-mail e também no nosso grupo de Whatsapp por celeridade para garantir que todos tenham acesso rapidamente. Então se não houver dúvidas, gostaria de passar para a proposta da conselheira Fátima. Alguma sugestão quanto ao processo junto ao Ministério do Trabalho? Então com relação ao sugerido pela conselheira Fátima, eu sei que combinamos de fazer as reuniões aqui respeitando todos os prazos. Nós temos algumas políticas que deverão ser lançadas nas próximas semanas. E aí está a minha consulta para este conselho, se vocês gostariam de realizar uma reunião extraordinária para que possamos apresentar todas estas políticas. Estamos aqui expandindo uma série de programas e temos uma equipe toda dedicada a isto. Fizemos um anúncio semana passada, a inscrição do “Bolsa Trabalho” está aberta até esta semana, até o dia 29/08/21. A população está esperando este momento, em 643 municípios. E nós precisaremos dar vazão a isto nas próximas duas semanas. Teremos 30.000 pessoas realizando atividades de trabalho nas prefeituras de 643 municípios. Para onde alocaremos estes



§80.000.000,00 de reais. Então o ponto da conselheira Fátima, nós vamos precisar de muita mobilização nos municípios. Até anticipo, que alguns municípios não tem todas as atividades e podem fazer parcerias com as centrais sindicais. Há uma série de possibilidades. Por isso, que seria muito interessante que nós pudéssemos utilizar aqui o tempo destes conselheiros para apresentar. Dado o prazo que nós temos, que faço a pergunta para vocês, gostariam de ter uma reunião extraordinária na semana que vem ou, vamos fazer opção 1, 2 ou 3. Opção 1: reunião extraordinária com todos os membros do conselho e constando oficialmente em ata, para que possamos apresentar as políticas que estão sendo desenhadas em caráter emergencial. Opção 2: Fazer uma reunião informal para somente os conselheiros que tiverem interesse participem e não teria ata e não cria uma urgência, uma obrigatoriedade de participação. Seria somente para os interessados em conhecer as políticas e não atrapalharia a agenda. Opção 3: Seria a gente fazer esta reunião mais para frente. Utilizando aqui o caráter ordinária e seria em duas semanas. Certo? Vocês poderiam colocar o seu voto no chat para a gente conferir. **Marília de Castro:** Secretária, a minha pergunta é se estes assuntos são de competência do conselho. Porque se não for, nós não podemos deliberar. Mas a apresentação sem dúvida para nós é importante para que a gente tenha uma visão geral deste “bolsa Trabalho” que vai somar a outras ações que nós teremos competência de deliberar. É isto que me preocupa em termos regimentais. **Patricia Ellen:** Da forma que nós colocamos o Regimento, políticas do trabalho são competência do conselho, o que não seria competência do conselho é a alocação do recurso que neste caso não é recurso do Fundo do Trabalho. Então a competência, ela é parcial. Por isso é que eu dei a opção dois também. Para os que interpretam de uma forma stricto sensu então seria a opção dois e teríamos uma reunião aqui em caráter mais informal. Mas, reforçando que no regimento, a Sra deve lembrar que a gente fez uma integração entre a Comissão Estadual e o Conselho. Então nós não criamos o escopo de atuação deste conselho exatamente para que ele participasse das discussões estratégicas também e não somente as questões específicas ligadas aos recursos do Fundo. São as duas competências da forma como está no regimento. Então venceu a opção 1, com nove votos. Seria então na semana que vem, reunião extraordinária. Podemos manter na próxima quinta. Eu tenho uma reunião, sou presidente do Conselho Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia e estamos na briga por recursos. Estamos com o menor recurso para ciência e tecnologia da história deste século. No momento que mais precisamos e eu tenho uma representação no comitê gestor da internet também, a conectividade está sendo um grande desafio. Então fica a reunião para a próxima quinta-feira, 11:30 hs. Vamos fazer uma apresentação bem resumida. Inclusive vamos enviar material de todos os programas que estamos fazendo, para vocês entenderem os programas e depois fazemos uma apresentação um pouco mais executiva, e depois fazemos um debate. Então com isso encerramos a pauta da reunião de hoje. Agradeço o esforço de todos e todas para que pudéssemos ter todos estes processos devidamente realizados. Assim que tivermos notícias entraremos em contato com os conselheiros, mas nos veremos na próxima quinta. Obrigada a todos.

PATRICIA ELLEN DA SILVA  
Secretária Estadual de Desenvolvimento Econômico

Juliana Junqueira  
Secretária Executiva do CETER/SP

CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - CETER  
Av. Escola Politécnica nº 82, Jaguaré – São Paulo / SP – CEP: 05350-000  
Fone: (11) 3718-6594 / Email: [conselhoestadualdeemprego@sde.sp.gov.br](mailto:conselhoestadualdeemprego@sde.sp.gov.br)

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA- CETER  
SECRETARIA EXECUTIVA**



Facebook: @CETERconselhoestadualdeempregosp

